



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

ALICE DE OLIVEIRA SILVA

**POLÍTICAS MUNICIPAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA
DE JOÃO PESSOA/PB**

JOÃO PESSOA/PB

2024

ALICE DE OLIVEIRA SILVA

**POLÍTICAS MUNICIPAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA
DE JOÃO PESSOA/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Luísa Nogueira de Amorim

JOÃO PESSOA/PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

SS86p Silva, Alice de Oliveira.
Políticas municipais para a educação infantil da
rede pública de João Pessoa/PB / Alice de Oliveira
Silva. - João Pessoa, 2024.
45 f. : il.

Orientação: Ana Luísa Nogueira de Amorim.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação infantil. 2. Políticas municipais. 3.
Currículo. 4. Formação continuada. I. Amorim, Ana Luísa
Nogueira de. II. Título.

UFPB/CE CDU 373.2(043.2)

ALICE DE OLIVEIRA SILVA

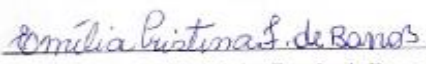
**POLÍTICAS MUNICIPAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA
DE JOÃO PESSOA/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso
de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para a obtenção do grau de
Licenciado em Pedagogia.

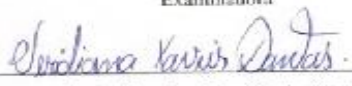
Data da aprovação: 09 / 05 / 2024.



Prof. Dra. Ana Luisa Nogueira de Amorim
Orientadora



Prof. Dra. Emilia Cristina Ferreira de Barros
Examinadora



Prof. Dra. Veridiana Xavier Dantas
Examinadora

Dedico este trabalho de conclusão de curso a Deus por me fortalecer durante todo esse percurso, e a minha família que contribuíram para que chegasse até aqui.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado sabedoria e discernimento para conduzir este trabalho, sua presença em minha vida me ajudou a superar as dificuldades que me fez forte e determinada a seguir em frente e nunca desistir.

Gostaria de agradecer a toda minha família, em especial a minha mãe Benedita Vilami que sempre foi e será minha maior força na realização dos meus sonhos, que sempre torceu e fez o que for preciso por mim, seu apoio incondicional, amor e incentivo foram essenciais para que eu pudesse superar os desafios e chegar até aqui. Ao meu pai Joventino e minha mãe biológica Irenilda, por me ajudarem e sempre torcerem pelo meu sucesso em busca das minhas realizações.

Gratidão aos meus irmãos Amanda, Aline, Ana Luiza e Pedro Neto por estarem ao meu lado em todas as etapas da minha vida, pela força e por sempre acreditarem em mim. Assim como todos os outros que me apoiaram, sobrinhos, tios, prima e cunhados vocês foram essenciais nessa trajetória.

Quero agradecer, as minhas amigas e companheiras de curso, Erika Sabrina, Elisete Moura, Lidiane Silva, Fabíola Maia que estiveram ao meu lado em todas as horas, compartilhando alegrias e tristezas, sem vocês, esta caminhada não seria tão especial e gratificante como foi. Mas em especial a Érika, essa que sempre me ajudou, incentivou e esteve ao meu lado, me encorajando a perseguir meus objetivos e me motivar em momentos difíceis. Suas palavras de ânimo e incentivo foram fundamentais durante todo o curso.

Ao meu namorado Anderson Júnior que ao final desse ciclo sempre me apoiou, acreditando em meu potencial, me dando força para prosseguir e realizar meus sonhos. Sua paciência, compreensão e carinho foram fundamentais para que eu pudesse manter o equilíbrio emocional e alcançar a conclusão deste TCC.

Minha imensa gratidão à minha orientadora, professora Ana Luísa Amorim, por toda paciência, dedicação, pelas orientações valiosas e feedbacks dado na construção deste trabalho e por me inspirar como docente.

Por fim, a todos os professores da UFPB e de todos os espaços que passei durante essa jornada de aprendizado, que de alguma maneira contribuíram com minha formação acadêmica e pessoal, muito obrigada!

RESUMO

O presente trabalho tem como temática as políticas municipais para a educação infantil. Na perspectiva de se debruçar sobre essas temáticas para compreender melhor as inter-relações entre o contexto da produção dos textos, das políticas públicas educacionais e das práticas pedagógicas é que surge o interesse por essa pesquisa refletindo sobre a formulação de políticas públicas municipais para a Educação Infantil de João Pessoa/PB. Teve como objetivo geral conhecer as políticas públicas para a Educação Infantil da rede municipal de João Pessoa. E como objetivos específicos, discutir as concepções de criança, infância e Educação Infantil presentes nos documentos municipais, compreender as concepções de currículo para a Educação Infantil presentes nos documentos municipais, destacar as políticas de formação continuada do município de João Pessoa/PB e discutir sobre a qualidade do atendimento da Educação Infantil pública. Como procedimento metodológico realizamos uma pesquisa documental a partir de 5 (cinco) documentos produzidos entre os anos de 2022 e 2023 que trazem elementos acerca das políticas de Educação Infantil do município de João Pessoa/PB. Os principais referenciais teóricos estudados sobre Educação Infantil, políticas e currículo foram Kramer, Mainardes, Sarmento, Arroyo, Corsaro, Paschoal, Machado, Oliveira, Rizzo, entre outros. Como análises dos resultados foram obtidos que as políticas municipais da Educação Infantil nos documentos analisados estão em consonância com os documentos nacionais e autores estudados. Através disso percebemos que o município de João Pessoa elabora políticas de Educação Infantil através de documentos orientadores para que sejam desenvolvidos na prática das unidades educativas, respeitando o contexto em que está inserida. Com isso, faz-se necessário discutir, lutar, para que essas políticas educacionais não fiquem estagnadas, nem retrocedam, mas avancem para proporcionar uma educação de/com qualidade a todas as crianças que frequentam os CMEIs/escolas.

Palavras-Chave: Educação Infantil. Criança. Políticas municipais. Currículo. Formação continuada.

ABSTRACT

The theme of this work is the policies proposed for early childhood education. From the perspective of focusing on these themes to better understand the interrelationships between the context of text production, educational public policies and pedagogical practices, interest in this research arises, reflecting on the formulation of municipal public policies for Education. Children's in João Pessoa/PB. The general objective was to understand the public policies for Early Childhood Education in the municipal network of João Pessoa. And as specific objectives, discuss the concepts of children, childhood and Early Childhood Education present in municipal documents, understand the concepts of curriculum for Early Childhood Education present in municipal documents, highlight the continuing education policies of the municipality of João Pessoa/PB and discuss the quality of services in Public Early Childhood Education. As a methodological procedure, we carried out documentary research based on 5 (five) documents produced between the years 2022 and 2023 that provide elements about Early Childhood Education policies in the municipality of João Pessoa/PB. The main theoretical references trained on Early Childhood Education, policies and curriculum were Kramer, Mainardes, Sarmento, Arroyo, Corsaro, Paschoal, Machado, Oliveira, Rizzo, among others. As analysis of the results, it was obtained that the municipal Early Childhood Education policies in the documents analyzed are in line with the national documents and authors studied. Through this, we realized that the municipality of João Pessoa develops Early Childhood Education policies through documents designed to be developed in the practice of educational units, respecting the context in which it is located. Therefore, it is necessary to discuss and fight so that these educational policies do not remain stagnant or regress, but move forward to provide quality education to all children who attend CMEIs/schools.

Keywords: Child education. Child. Municipal policies. Curriculum. Continuing training.

LISTA DE SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CF - Constituição Federal

CNE - Conselho Nacional de Educação

CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil

DEI- Departamento de Educação Infantil

DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PME- Plano Municipal de Educação

PNE - Plano Nacional de Educação

PPP- Projeto Político Pedagógico

PROLICEN - Programa de Licenciaturas

RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	09
2.	TECENDO OS FIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: breve contextualização do cenário histórico e social no Brasil.....	13
3.	AS POLÍTICAS PÚBLICAS: uma análise nos documentos municipais de João Pessoa/PB.....	18
3.1	Criança, Infância e Educação infantil nos documentos municipais.....	20
3.2	As políticas curriculares do município de João Pessoa/PB.....	25
3.3	A preocupação com a qualidade da oferta da Educação Infantil.....	29
4.	A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	32
4.1	Formação continuada no município de João Pessoa/PB.....	34
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
	REFERÊNCIAS.....	42
	APÊNDICES.....	47

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, as políticas educativas para a infância de zero a cinco anos são relativamente recentes. E o reconhecimento da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e direito de todas as crianças brasileiras só ocorreu a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996. Essas leis incorporaram as concepções de cidadania e direitos das crianças, contemplando a Educação Infantil como um desses direitos, constituindo-se, assim, como marcos legal para as mudanças na área.

É na perspectiva de se debruçar sobre essas temáticas para compreender melhor essas inter-relações entre o contexto da produção dos textos, das políticas públicas educacionais e das práticas pedagógicas (Ball; Mainardes, 2011) que surge o interesse por essa pesquisa (Pimenta, 2005) que reflete sobre a formulação de políticas públicas municipais para a Educação Infantil de João Pessoa, e repensar a formação de pedagogos (as).

Diante disso, elenco como **problemática**: Quais as políticas municipais que estão sendo desenvolvidas na educação infantil do município de João Pessoa nos últimos dois anos?

O interesse por esse estudo surgiu mediante a participação de estudos na disciplina de Estágio em Educação Infantil na qual me identifiquei com a área e decidi me aprofundar, foi então que surgiu a oportunidade de participar como bolsista do Programa de Licenciatura (PROLICEN), no primeiro projeto sobre: Políticas Municipais para a Educação Infantil: Planejamento, Gestão e Coordenação Pedagógica, porém os documentos utilizados na pesquisa foram do segundo projeto Políticas Municipais para a Educação Infantil: uma análise das políticas curriculares locais. Nesses projetos buscamos o levantamento de dados junto à coordenação pedagógica do setor de Educação Infantil do município de João Pessoa, analisando as políticas de Educação Infantil, a partir dos documentos locais verificando assim se a análise dos dados se articula com o estudo de textos de referência para a área.

As mudanças em relação ao atendimento às crianças pequenas fora do lar no Brasil são mais antigas, mas o reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos só se deu a partir dos anos de 1980, mais especificamente a partir da Constituição Federal de 1988. Dentre as mudanças que se deram a partir de então, está à elaboração e efetivação de políticas públicas educacionais voltadas para as crianças de zero a cinco anos.

Muitos são os desafios que ainda estão postos em termos da garantia do acesso e em relação à qualidade da oferta da Educação Infantil no Brasil, os estudos apontam as fragilidades dos sistemas de ensino e das instituições em termos de políticas, da gestão, da infraestrutura das unidades, dos equipamentos e recursos didáticos, da proposta pedagógica das instituições e da formação de seus profissionais. (Cossetin et al., 2023).

Todo esse estudo será de grande contribuição para minha formação, para a consolidação dos saberes e no meu desenvolvimento profissional como futura pedagoga, pois servirá como instrumento de reflexão e crítica na minha prática pedagógica.

Sendo assim, tal questão leva-nos então ao **objetivo geral** deste trabalho que é conhecer as políticas públicas para a Educação Infantil da rede municipal de João Pessoa. Para chegar a tal objetivo foram definidos os seguintes objetivos específicos: Discutir as concepções de criança, infância e Educação Infantil presentes nos documentos municipais; Compreender as concepções de currículo para a Educação Infantil presentes nos documentos municipais; Destacar as políticas de formação continuada do município de João Pessoa-PB; Discutir sobre a qualidade do atendimento da Educação Infantil pública;

A metodologia utilizada nesta pesquisa será de abordagem qualitativa, pois segundo Minayo (1994, 2000) a pesquisa qualitativa responde a questões particulares, enfoca um nível de realidade que não pode ser quantificado e trabalha com um universo de múltiplos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. A autora defende que qualquer investigação social deveria contemplar uma característica básica de seu objeto, que é o aspecto qualitativo.

Numa abordagem qualitativa, o pesquisador coloca interrogações que vão sendo discutidas durante o próprio curso da investigação. Ele formula e reformula hipóteses, tentando compreender as mediações e correlações entre os múltiplos objetos de reflexão e análise. Assim, as hipóteses deixam de ter um papel comprobatório para servir de balizas no confronto com a realidade estudada. Minayo destaca que é comum usar o termo "pressupostos" para falar de parâmetros básicos que permitem encaminhar a investigação empírica qualitativa.

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de uma abordagem de pesquisa documental. A pesquisa documental é uma metodologia de coleta e análise de dados “que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009, p. 5).

De acordo com Lemos (2015, p. 463), trata-se de uma modalidade histórico-documental, pois se entende que o documento carrega consigo “vestígios das práticas, dos nossos fazeres no tempo e no espaço”. Ou seja, o documento não é um retrato fidedigno da realidade, mas sim um rastro ou uma pista do que aconteceu, em diálogo não só com as dimensões históricas, culturais e políticas de sua constituição, como também com a dimensão de quem pesquisa. Em outras palavras, os documentos, além de estarem situados em um tempo e espaço específicos, também são situados em uma leitura interpretativa e teórica daquele que se propõe a analisá-los, o pesquisador (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009).

A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (Ludke; André, 1986). Utiliza-se de materiais que não receberam tratamento analítico e vivem muito da crítica histórica. Assim, o nosso objetivo é explicar a teoria e a prática da pesquisa e análise documental, por meio da análise de documentos, bem como a escrita da história a partir dos dados retirados de diversas fontes documentais.

O referencial teórico que envolve esta pesquisa é composto de textos sobre as concepções sobre infâncias e crianças que embasaram a Educação Infantil ao longo do tempo e embasam as políticas no atual contexto. Como também textos que discutem a temática da infância, crianças e a Educação Infantil na legislação brasileira, a partir do estudo de artigos específicos da Constituição federal (1988), do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e do Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Foram analisados também documentos municipais, no qual identificamos diferentes documentos produzidos entre os anos de 2022 e 2023 pelo município como: O Plano municipal de Educação (2015-2025), as Diretrizes Pedagógicas da Educação Infantil (2023), o Boletins Pedagógicos Semana do bebê: Movimentos sensíveis com e para a primeira infância (Maio/2022), Boletim Pedagógico Colônia de Férias: O brincar a partir dos jogos cooperativos, um exercício de convivência na Educação Infantil (Janeiro/2023) e o Boletim Pedagógico Festival de artes na primeira infância: a arte da cultura popular (agosto/2023).

Para a análise das políticas para a Educação Infantil, nos pautamos as contribuições de Kramer (2003) e Kramer, Toledo e Barros (2014). No diálogo com alguns autores, dentre eles, Pinto & Sarmiento (1997), Sarmiento (1997, 2001, 2004, 2007), Kuhlmann Júnior (2001), Kramer (2003a), discutimos a concepção de infância enquanto categoria historicamente construída e

busquei refletir sobre as representações de infância que subsidiam a prática dos profissionais da educação infantil.

Tal perspectiva articula a pesquisa com um processo de levantamento de dados dos documentos durante o projeto de pesquisa, junto às profissionais que atuam na equipe da Coordenação pedagógica do setor de Educação Infantil dos municípios de João Pessoa.

Para tanto, além desta introdução, este trabalho apresenta mais três capítulos com o objetivo de discutir as políticas municipais do município de João Pessoa/PB.

O segundo capítulo *“Tecendo os fios da educação infantil: breve contextualização do cenário histórico e social no Brasil”* na qual evidencia aspectos marcantes relacionado a criança, infância e educação infantil no decorrer da história.

O terceiro capítulo *“As políticas públicas: uma análise nos documentos municipais de João Pessoa/PB”* tem o viés de análise dos dados nos documentos municipais de João Pessoa em torno do conceito de criança, infância e educação infantil, as políticas curriculares e a preocupação com a oferta da qualidade da educação infantil.

O quarto capítulo *“A formação dos profissionais na educação infantil”*, discute acerca da Educação Infantil e das políticas de formação de professores (as). Destacando como ocorre as políticas de formação continuada das docentes da educação Infantil do município de João Pessoa/PB, através da seleção de 5 (cinco) documentos elaborados entre os anos de 2022 e 2023.

Por fim, no último capítulo, são apresentadas as considerações finais do trabalho, isto é os apontamentos, resultados, reflexões e aprendizagens que foram desenvolvidas a partir desta pesquisa.

2. TECENDO OS FIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: breve contextualização do cenário histórico e social no Brasil

A Educação Infantil por muito tempo foi renegada e não considerada importante no processo de desenvolvimento da criança, muito menos havia políticas públicas que assegurassem o direito de vagas e permanência nas instituições educativas. Historicamente, as concepções de infância, crianças e educação infantil foram modificadas em decorrência das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais ocorridas na sociedade.

Com isso, há várias formas de definir o que era criança e infância em diferentes cenários da sociedade, a infância pode apresentar variações impressionantes, de uma sociedade ou de um tempo a outro, como o tempo de duração da infância, a forma de disciplinar as crianças, a idade que adentra ao ambiente escolar, essas são algumas das variadas características que atravessam as fronteiras do mundo infantil.

Lucimary Bernabé (2010, p. 49) considera que a partir do século XVIII, ocorreram algumas transformações no interior da família e, a partir disso, as crianças assumem um lugar central na família, passando a ser responsabilidade dos pais. E socialmente a criança era considerada um ser dependente, frágil, ignorante e vazio, que precisava ser treinado para ser um bom cidadão, cabendo à família a responsabilidade pela sua socialização.

Percebe-se, assim, que as mudanças que aconteceram no decorrer do tempo, das variadas concepções de criança e infância, repercutem fortemente no papel da educação infantil, tendo sua evolução marcada pelas transformações sociais que originaram um novo olhar sobre a criança. Segundo Sarmiento (2007, p. 26), as concepções construídas historicamente sobre a infância, baseadas numa perspectiva adultocêntrica, tanto esclarecem como ocultam a realidade social e cultural das crianças sendo, portanto, necessária a ruptura com o modelo epistemológico sobre a infância até então instituído.

A palavra infância apresenta um significado que resulta das modificações sociais, o que demonstra que os aprendizados da infância se alteram conforme os padrões do contexto histórico e outras variantes sociais como raça, etnia e condição social. Kramer (2003, p. 19) destaca que a ideia de infância aparece com a sociedade capitalista urbana industrial, à medida que mudam a inserção e o papel social da criança na sociedade.

A importância da infância apresentada atualmente despertou a preocupação com a criança e sua formação, porém o objetivo não era a criança em si, mas o adulto de amanhã. Reconhecida como uma fase do desenvolvimento humano no qual a criança, ser frágil e dependente do adulto, deveria ser educada e disciplinada para o desenvolvimento pleno de suas faculdades, inclusive da razão.

As primeiras iniciativas de organização de creches surgiram com um caráter assistencialista com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa, as quais Kuhlmann Jr. (2000) se refere como pedagogia da submissão, uma vez que não se pretendiam diminuir as desigualdades existentes entre as camadas sociais, mas fazer com que famílias desprovidas financeiramente aceitassem a exploração social sem questionamentos. Considerando que, nessa época, não se tinha um conceito bem definido sobre as especificidades da criança, a mesma era “[...] concebida como um objeto descartável, sem valor intrínseco de ser humano” (Rizzo 2003, p. 37).

Com a inserção da industrialização no Brasil e a inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho começou a se ter a preocupação com a criação de instituições de educação para os filhos dos operários.

O fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternas e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor. (Oliveira, 1992, p. 18)

Outra contribuição da expansão dessas instituições de atendimento à criança foram os movimentos feministas que partiram dos Estados Unidos, na qual defendia a ideia de que tanto as creches quanto as pré-escolas deveriam atender a todas as mulheres, independentemente de sua necessidade de trabalho ou condição econômica. Kramer (1995, p. 24) ao discutir esse assunto, ressalta que o discurso do poder público, em defesa do atendimento das crianças das classes menos favorecidas, parte de determinada concepção de infância, já que o mesmo reconhece esse período da vida da criança de maneira padronizada e homogênea.

A luta pela educação infantil de qualidade e como direito de toda criança na faixa etária ganhou maior força na década de 1970 a educação infantil ocupou o lugar de salvadora das desigualdades sociais e educacionais, uma vez que também deveria cumprir a função de preparar as crianças para o ingresso no primário. Sobre isso, afirma Kramer (2006),

Nos anos de 1970, as políticas educacionais voltadas à educação de crianças de 0 a 6 anos defendiam a educação compensatória com vistas à compensação de carências culturais, deficiências linguísticas e defasagens afetivas das crianças provenientes das camadas populares. Influenciados por orientações de agências internacionais e por programas desenvolvidos nos Estados Unidos e na Europa, documentos oficiais do MEC e pareceres do então Conselho Federal de Educação defendiam a ideia de que a pré-escola poderia, por antecipação, salvar a escola dos problemas relativos ao fracasso escolar. (p.799)

As crianças das camadas sociais diferentes eram submetidas a contextos de desenvolvimento diferentes, pois na medida em que as crianças mais carentes eram atendidas com o intuito de trabalho que partiam de uma ideia de carência e deficiência, as crianças mais privilegiadas recebiam uma educação que contemplava a criatividade e a sociabilidade infantil. A partir disso surge a preocupação do atendimento a todas as crianças independente da classe social, iniciando assim o processo de regulamentação desse trabalho no âmbito da legislação.

Somente em 1988, com a nova Constituição Federal, é que foi apresentado como uma das garantias dos trabalhadores brasileiros, o direito à assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas (BRASIL, 1988, art. 7 XXV). No caso, para se ter essa assistência de forma gratuita, foi preciso articular políticas educacionais que garantissem o direito social desses cidadãos.

Após dois anos da aprovação da Constituição Federal de 1988, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei 8.069/90, de acordo com seu artigo 3º, a criança e o adolescente devem ter assegurados os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, para que seja possível, desse modo, ter acesso às oportunidades de “[...] desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (BRASIL, 1990).

Foi a partir do ECA que as crianças e adolescentes passaram a ser inseridos no mundo dos direitos humanos, servindo assim como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança, com o direito de ser criança, direito ao afeto, direito a brincar, de conhecer, de sonhar, de querer e de não querer, isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento.

Além da Constituição Federal e do ECA de 1990, salienta-se também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, inseriu a educação infantil como primeira etapa da educação básica, definindo que a finalidade da educação infantil é promover o

desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade.

Sendo assim, reflete-se um grande avanço nos direitos da criança na qual proporciona condições adequadas para o desenvolvimento do bem-estar infantil, como o desenvolvimento físico, motor, emocional, social, intelectual e a ampliação de suas experiências.

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (Brasil, 1998a, p. 23).

Paschoal e Machado (2009, p. 87), ao tratarem sobre o cuidar, enfatizam que é importante ressaltar que esse deve ser entendido como parte integrante da educação, ou seja: “[...] cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas” (Brasil, 1998, p. 24).

Ainda nos anos de 1998 e 1999, o Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNE, 1998), que teve como objetivo direcionar, de modo obrigatório, os encaminhamentos de ordem pedagógica para esse nível de ensino aos sistemas municipais e estaduais de educação e as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que também contribuiu para a melhoria de ambos os níveis de ensino ao discutir a relevância de uma formação altamente qualificada para esses profissionais.

Pautados nos referenciais, as propostas pedagógicas para a Educação Infantil necessitam considerar as influências do contexto sociocultural na formação e aprendizagem, porquanto os conhecimentos assimilados ao longo de sua vida se deram através do contato e das experiências vividas no ambiente em que vive e de seus elementos (Oliveira, 2005).

O Referencial Curricular Nacional para a educação infantil (Brasil, 1998) respeita a pluralidade e diversidade social, denominando-se uma orientação aberta, maleável e não obrigatória, podendo ser adotado na preparação dos currículos e projetos, adaptando-se à realidade e características do contexto social.

Com a intenção de melhorar a qualidade da Educação Básica e amenizar fortes disparidades entre aquilo que é ensinado nos diferentes locais, estados e regiões brasileiras foi proposta a elaboração

de uma base comum curricular nacional. Neste sentido, o Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), elaboraram, com o apoio de diversas entidades representativas dos diferentes segmentos envolvidos com a Educação Básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), finalizada em 2018 e aprovada para entrar em vigência no começo do ano de 2020.

Inicialmente, a BNCC retoma o conceito de Educação Infantil, resgatando a importância dessa etapa na formação da criança, considerando-a como sujeito ativo. É o que podemos observar quando concebe a criança como “ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social” (Brasil, 2018, p. 38).

O documento considera que o educar e o cuidar são fundamentais na Educação Infantil e afirma que os princípios que devem estruturar as práticas pedagógicas dessa etapa da educação são as interações e as brincadeiras, pois considera que as crianças aprendem e se desenvolvem quando interagem e brincam com os seus pares, o que já era previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), de 2009, ao assegurar que “as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira”.

A Educação Infantil é fundamental e essencial porque desenvolve um papel de destaque no desenvolvimento humano e social da criança. Ela vai evoluir de forma cognitiva, tendo contato com diversos objetos e com a arte, cultura e a ciência, dando vazão à sua criatividade na escola e essa instituição deve ser um espaço preparado, com professores que levem em conta a criatividade e a capacidade dessa criança que já tem um conhecimento prévio, tem uma história e a sua própria linguagem.

Atualmente, a criança é reconhecida como sujeito pleno de direitos, ganhando a infância uma condição maior na sociedade, respaldada por dispositivos legais de âmbito internacional. Assim sendo, é que consideramos importante discutir como os direitos das crianças estão sendo efetivados no cotidiano das creches, e qual a contribuição dos profissionais que atuam no âmbito dessas instituições para a legitimidade da cidadania da infância.

3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS: uma análise nos documentos municipais de João Pessoa

A educação infantil é uma etapa crucial para o desenvolvimento integral das crianças, para ela ser efetiva como uma política de apoio ao desenvolvimento infantil, promoção do bem-estar da criança e das aprendizagens, é fundamental que ela tenha qualidade. No que se refere a educação infantil existem condições mínimas e objetivas para a garantia do respeito aos direitos das crianças. O reconhecimento dos direitos da infância e da condição da criança como sujeito de direitos é fato recente na história brasileira e em outros países do mundo.

As lutas em torno da educação infantil no Brasil, em relação aos aspectos das políticas públicas educacionais tais como, currículo, parâmetros de qualidade e formação de professores são marcadas por lutas e reivindicações possibilitando que essa etapa escolar se desprenda de sua característica que supra suas ausências e defasagens afetivas e culturais das crianças provenientes das camadas populares.

Neste sentido, há algumas políticas pelas quais se busca uma melhor qualidade na educação infantil. Destaca-se os “Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil” produzidos em 2006, com a finalidade de definir critérios da qualidade de modo a estabelecer requisitos necessários para uma educação infantil que possibilite o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social.

Outro documento são os “Indicadores da qualidade da educação infantil”, o mesmo pretende detalhar os Parâmetros nacionais de qualidade, oferecendo um instrumento a mais no apoio ao trabalho das instituições da primeira infância. Este documento visa contribuir com as instituições de educação infantil no sentido de que encontrem seu próprio caminho com vistas às práticas educativas que respeitem os direitos fundamentais das crianças e ajudem a construir uma sociedade mais democrática. Os indicadores pretendem colaborar para que as instituições de educação infantil possam reconhecer seus pontos fortes e fracos e possam intervir de maneira a melhorar a qualidade de acordo com as necessidades apontadas nas avaliações.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil foram elaboradas em 2009 na Resolução nº 5, como reguladora das políticas, tendo como objetivo orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de educação infantil Como definição de criança tem-se:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (Brasil, 2010, p. 12)

Contemplando o direito das crianças pequenas à educação, determinando como dever do Estado, a garantia do atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos. Dessa forma, as creches começaram a fazer parte das políticas públicas enquanto instituições educativas.

Assim, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014) reconhece a importância da educação infantil para a formação da personalidade e desenvolvimento da criança, na qual determina um conjunto de 20 metas abordando sobre a ampliação da oferta do atendimento nas instituições de educação infantil, o estabelecimento de padrões de infraestrutura para creches e pré-escolas, a implantação de um programa nacional de formação dos profissionais da educação infantil, o fornecimento de materiais pedagógicos necessários ao trabalho educacional com as crianças, dentre outras.

A trajetória das leis e dos documentos oficiais que regem a educação infantil no país demonstra que muitos avanços foram conquistados para que a educação infantil fosse reconhecida no quadro das políticas públicas, porém muitos desafios ainda se fazem presentes para que seja oferecida uma educação infantil de qualidade às crianças brasileiras.

Segundo Kramer (1988), as políticas públicas para a infância brasileira, do século XIX até as primeiras décadas do século XX, são marcadas por ações e programas de cunho assistencial, inexistindo um compromisso com o desenvolvimento infantil e com os direitos fundamentais da infância:

[...] voltadas, quando muito, para a liberação das mulheres para o mercado de trabalho ou direcionar a uma suposta melhoria do rendimento escolar posterior, essas ações partem também de uma concepção de infância que desconsiderava a sua cidadania e desprezava os direitos sociais fundamentais capazes de proporcionarem às crianças brasileiras condições mais dignas de vida. (Kramer, 1988, p. 199)

As políticas públicas, no início da década de 1930, foram resultantes de interesses distintos da burguesia, dos trabalhadores e do Estado, fazendo com que o poder público fosse chamado cada vez mais a regulamentar a questão do atendimento à infância.

Considerando a trajetória das políticas públicas para a infância no Brasil, podemos identificar um processo de reconhecimento de uma nova identidade das creches enquanto instituições de educação infantil. As legislações sobre a infância brasileira ganham nova dimensão com a abertura democrática do país, em especial com o reconhecimento das creches como direito das crianças e das famílias e dever do Estado. Esse fato expressa a necessidade da garantia dos direitos da infância em instituições pautadas por critérios de qualidade que contemplem as funções do cuidar e do educar.

3.1 Criança, infância e Educação infantil nos documentos municipais

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca.

Para esta parte do trabalho foi analisada a concepção de criança, infância e educação infantil, com base nas políticas de Educação Infantil que o município de João Pessoa elabora, através de documentos orientadores para que sejam desenvolvidos na prática das unidades educativas. No quadro abaixo apresentamos os documentos municipais que foram analisados na pesquisa.

Quadro 1 – Documentos analisados na pesquisa

Título do documento	Ano	Identificação da produção
Plano Municipal de Educação (2015-2025)	2015	Comissão e Subcomissão técnica de sistematização do Plano Municipal Nomeados
Boletim Pedagógico- Semana do bebê: Movimentos sensíveis com e para a primeira infância	Maio/2022	Elaborado e produzido pelo Departamento de Educação Infantil
Boletim Pedagógico- Colônia de Férias: O brincar a partir dos jogos cooperativos, um exercício de convivência na Educação	Janeiro/2023	Elaborado e produzido pelo Departamento de Educação Infantil

Infantil		
Diretrizes Pedagógicas – Educação Infantil	Janeiro/2023	Equipe de Elaboração
Boletim pedagógico - Festival de artes na primeira infância: a arte da cultura popular	Agosto/2023	Elaborado e produzido pelo Departamento de Educação Infantil

Fonte: Quadro produzido pela autora, 2024.

Para os efeitos dessa pesquisa vamos nomear os três boletins na ordem dos meses que eles foram produzidos como: **Boletim 01** o de maio de 2022- Semana do bebê: Movimentos sensíveis com e para a primeira infância; **Boletim 02** o de janeiro de 2023- Colônia de Férias: O brincar a partir dos jogos cooperativos, um exercício de convivência na Educação Infantil; e **Boletim 03** o de agosto de 2023- Festival de artes na primeira infância: a arte da cultura popular.

A partir das análises dos documentos, foi possível identificar que em relação à concepção de **Criança**, no Plano Municipal de Educação (2015-2025), destaca-se que:

A criança é um sujeito histórico e de direito que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (DCNEI, 2009). p.23

No Boletim 01 (maio/2022), embora não se tenha a definição de criança, o documento reconhece as especificidades do bebê, que a criança é um ser potente, ativa e capaz desde bebê, então está sendo valorizada. Assim, o documento evidencia-se que:

Cuidar das crianças muito pequenas e educá-las são faces da mesma moeda: a promoção do desenvolvimento não está separada das atitudes e dos procedimentos que ajudam a criança a construir conhecimentos sobre a sua vida sociocultural. (p. 02)

O Boletim 02 (janeiro/2023), não destaca o conceito de criança de forma clara, porém sabemos que crianças são seres capazes de construir seus próprios mundos sociais, ou seja, as crianças constroem o ambiente que as rodeia e a sociedade mais vasta em que vivem. E ao analisar o documento percebemos que, de maneira oculta, o termo criança está relacionado com as práticas indicadas para o trabalho com elas, quando o documento afirma que “interações e

brincadeiras através de jogos cooperativos que tem como princípio básico a interação entre os parceiros” (p. 01).

Já nas Diretrizes Pedagógicas (2023), o conceito de criança no documento é:

A criança é concebida como um sujeito histórico, social e de direitos, o que está além da estrutura fisiológica necessária para entrar em contato com o mundo. É a partir das interações estabelecidas com o meio físico e social, através dos adultos, dos seus pares, brinquedos e objetos a sua volta, por exemplo, que são constituídos os modos de agir, pensar, sentir, conhecer etc. da criança (Souza, 2016; Rego, 2012; Vigotski, 2003). (JOÃO PESSOA, 2023, p. 9).

A partir desses documentos, identificamos que a concepção de criança apresentada nos documentos da Prefeitura está em consonância e que os autores estudados nesse trabalho afirmam, pois, que entendemos a criança hoje como um sujeito de direito e produtora de cultura, capaz de influenciar o meio em que vive. Segundo Corsaro (2011), as crianças são agentes sociais, ativos e criativos que, na interação com os grupos sociais com que se relacionam e com os contextos de vida em que estão inseridos, produzem suas próprias e exclusivas culturas infantis e ao mesmo tempo, contribuem para a produção das sociedades adultas. E, nessa interação, tem papel fundamental o contato das crianças umas com as outras, algo essencial para o desenvolvimento e a aprendizagem.

No que se refere ao conceito de **Infância** no Plano Municipal (2015-2025), refere-se como “Um processo principal para o desenvolvimento integral do indivíduo, que foi se desenvolvendo ao longo da história, numa trajetória de lutas em prol de um reconhecimento.” (p. 23)

Já no Boletim 01 (2022) destacam-se duas concepções sobre o que se entende por Infância, pois é o que a criança vive ou como foi vivenciada, com isso vimos que: “Nesta oportunidade, fortaleceremos o cuidado com a primeira infância, com ações voltadas para a saúde, assim como, as práticas pedagógicas e a assistência social” (p. 01). E “Valorizar a participação do bebê por mínima que seja é importante para que ele ao realizar um movimento, o compreenda e vá atribuindo o sentido ao gesto realizado na interação promovida.” (p. 01)

No Boletim 02 (janeiro/2023), a definição de infância é mencionada como: “contexto facilitador para a descoberta e o aprimoramento de potenciais pessoais, bem como para a promoção da convivência e cooperação nos CMEIs”. (p. 01)

Em relação a Infância, as Diretrizes Pedagógicas (2023), mencionam que:

Infâncias refere-se a um conjunto de atribuições e direitos que configuram essa fase da vida, que vai sendo modificado no decorrer dos tempos e pelos diferentes contextos de desenvolvimento que propiciam diferentes formas de imersão das experiências, ou seja, uma “forma específica de conceber, produzir e legitimar as experiências das crianças (Barbosa, 2009, p. 22). (p. 12)

Por fim, no Boletim 03 a concepção de infância é vista como: “lançar-se nesse trabalho de ressignificar o mundo, transcendendo simbolicamente, através das interações com seus contextos, identificando, recriando e criando suas festas, palavras, gestos, ritos, memórias, imagens e suas representações.” (p. 04)

Diante do que foi analisado acima nos documentos, podemos fazer uma relação e ver que se tem uma compatibilidade com o que o autor Kuhlmann Júnior (2001, p. 31) define sobre infância:

A infância é uma condição do ser criança, devendo ser compreendida no contexto das relações sociais: [...] considerar a infância como uma condição da criança. O conjunto de experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre esta fase da vida. É preciso conhecer as representações da infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, etc., reconhecê-las como produtoras da história.

E no que diz respeito ao conceito de **Educação Infantil** o Plano Municipal (2015-2025) menciona três definições, que são:

A educação infantil constitui-se como um direito social assistido a todas as crianças até 5 anos, sem fazer nenhuma distinção originária da etnia, sexo, nacionalidade, origem geográfica, deficiência física ou intelectual, nível socioeconômico ou classe social. (p. 23)

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, a qual se caracteriza como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade. (p. 23)

A educação infantil deixou de ter um “enfoque assistencialista” para dar prioridade ao educar cuidando, envolvendo a garantia da segurança, mas também alimentando a curiosidade, a ludicidade e a expressividade infantil (MARTINS, 2014). (p. 24)

No Boletim 01 (maio/2022) não traz o termo educação infantil explícito, no entanto ao falar dessa faixa etária, a primeira faixa etária de 0 a 18 meses que são os bebês como está

definido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) entendemos o reconhecimento às especificidades da educação infantil. Destaca-se que:

Evidencia-se que o conhecimento vai sendo construído pela própria criança através da investigação, exploração, criação, recriação, das vivências e ações que acontecem no ambiente de aprendizagem. p.04

Boletim 02 (janeiro/2023) menciona a definição de educação infantil de maneira oculta, como vemos a seguir:

Compreendendo a importância do movimento, da ludicidade e da corporeidade, de acordo com os diferentes campos de experiência elencados na BNCC e considerando o desenvolvimento das múltiplas linguagens, os jogos cooperativos poderão proporcionar o desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional a partir de experiências construtivas que favoreçam o protagonismo infantil. (p. 01)

E sobre a educação infantil as Diretrizes Pedagógicas (2023), enfatiza que “A Educação Infantil é um direito de todas as crianças, independentemente de sua condição (social, gênero, origem etc.), sendo uma opção da família e dever do Estado.” (João Pessoa, 2023, p. 8)

Já no Boletim 03, a etapa da educação infantil é conceituada quando no documento se destaca que:

Propomos vivências no campo das culturas populares, através de processos lúdico-artísticos, possibilitando experiências imagéticas, estéticas e sensoriais, com o objetivo de ampliar o repertório cultural do imaginário infantil em suas diversas linguagens: corporais, verbais, visuais e musicais. (p. 01)

De acordo com os documentos acima da Prefeitura de João Pessoa, percebemos que de maneira explícita ou não, a concepção de educação infantil está presente, quando a prática do cuidar e educar estão em parceria, preocupando-se com o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais da criança, como menciona a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n. 9.394/1996, no artigo 29, que define a educação infantil como primeira etapa da educação básica, tendo como objetivo “o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

3.2 As políticas curriculares do município

A partir da perspectiva de que o “currículo” abrange tudo que acontece no espaço escolar, incluindo o conteúdo cultural que as escolas difundem, podemos considerar que ele exprime a ideologia, as relações de poder e a cultura de cada unidade escolar. Assim, o currículo nunca é neutro, pode reproduzir as desigualdades e injustiças sociais ou contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Nos estudos feitos durante o projeto PROLICEN, estudamos o texto: “Indagações sobre o currículo” e debatemos a importância da discussão sobre currículo na Educação Infantil, relacionando-o com o contexto da prática. A partir do texto, ampliou-se a reflexão sobre a necessidade de que o currículo seja construído localmente (Moreira; Candau, 2007).

Os autores destacam que o currículo é dito como familiar, pois todos o utilizam no cotidiano da escola; porém é visto como estranho, uma vez que não se costuma refletir sobre o que significa. A partir do estudo do texto, foi possível compreender que não se tem uma única definição de currículo e não é apenas seleção de conteúdos, porém é preciso que se tenha um currículo mínimo, ou seja, o mínimo comum a todos e estratégias que complementam as suas especificidades, já que o currículo é um espaço de reconhecimento, que, no entanto, acaba por reproduzir padrões impostos em nossa sociedade havendo, assim, um sistema desigual.

Considerando o exposto, assim como Moreira e Candau (2007, p. 18), estamos entendendo currículo

como as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas.

Partindo dessas considerações, nessa parte do trabalho foi realizado um levantamento de documentos que norteiam a educação infantil, para analisar a partir de como o currículo é visto e mencionado nos documentos do município de João Pessoa, dentre eles: as Diretrizes Pedagógicas – Educação Infantil (2023), o Boletim Pedagógico-01, o Boletim Pedagógico-02 e o Boletim pedagógico 03.

Com base no que foi analisado, a definição de currículo, nas Diretrizes Pedagógicas é:

O currículo é entendido como um conjunto de práticas cotidianas que buscam articular as experiências e os saberes da criança com os conhecimentos do

patrimônio sistematizado pela humanidade, promovendo o desenvolvimento integral da criança, por meio das interações e brincadeiras (BRASIL, 2009). p.13

Fazendo relação com o documento acima, no Boletim pedagógico 01 (maio/2022) destaca-se a concepção de currículo no início do documento de forma implícita: “Orientamos que cada unidade de Educação Infantil planeje a semana do bebê, respeitando as suas especificidades e considerando alguns comportamentos.” (p. 01)

Desse modo, uma proposta curricular avançada e bem elaborada, respeita o contexto social e político em que as crianças estão inseridas, sendo essencial os CMEIs e as escolas refletirem a partir desses documentos e discutirem questões que considerem significativas para o desenvolvimento da criança como sujeito de direito. O currículo é espaço de reconhecimento, ou seja, a criança se reconhece através do que ela vê nos livros, porém muita das vezes o currículo nega a identidade, a diversidade que se tem dentro da sala de referência, estabelecendo assim um padrão.

Já no Boletim 03 (agosto/2023) a definição de currículo é destacada no documento quando afirma:

Para mantermos vivas, reafirmamos como são significativos a forma e o contexto, ou seja, como nós, educadores, pesquisamos, ouvimos e trazemos essas manifestações culturais para o solo da Educação Infantil. Para refletirmos, podemos nos perguntar e investigar: o que existe no território cultural de cada unidade de Educação infantil? (p. 02)

Destacamos, a seguir, os elementos e as concepções de currículo presentes nos documentos nacionais e que também se fazem presentes nas Diretrizes pedagógicas do município:

Figura 1 – Trecho do documento municipal

LEI DE DIRETRIZES
E BASE NACIONAIS

LDB
9.394/96

• Lei de Diretrizes e Bases

Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

“Art. 26. Os currículos da Educação Infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por **uma parte diversificada**, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)” (grifo nosso).

• Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

DIRETRIZES
CURRICULARES
NACIONAIS PARA
EDUCAÇÃO
INFANTIL

DCNEI
CNE/CEB nº 5/2009

“Currículo: Conjunto de práticas que buscam **articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos** que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade” (grifo nosso).

Fonte: Diretrizes Pedagógicas da Educação Infantil. p. 14

Analisamos no documento que os sentidos de currículo em destaque são:

Ao pensar o currículo na Educação Infantil, precisamos reafirmar que a criança é um ser pensante, é sujeito, que está inserida em um contexto, por isso, trabalhamos com um currículo aberto. Nele, temos o espaço para criar uma parte diversificada em cada unidade. Precisamos articular experiências e saberes das crianças com os conhecimentos, ampliando, assim, o universo de experiências, conhecimentos e habilidades. (p. 15)

No boletim 03 (agosto/2023), o documento apresenta um itinerário pedagógico, no qual cada CMEI planejou de acordo com a sua realidade e com suas possibilidades, como podemos ver abaixo:

Figura 2 – Trecho do documento municipal



Fonte: Boletim03- Festival de Arte na primeira infância. p.4

A estrutura do trabalho pedagógico, dentro dos princípios de currículo, integra-se às perspectivas de singularidade, compondo movimentos educacionais que a engendram e se expressam na diversidade individual e sociocultural.

Destacamos também que se deve pensar em como efetivar de forma significativa um currículo, e o documento menciona que:

O trabalho pedagógico com projetos propicia um currículo vivo, que se estabelece a partir de linhas definidas por concepção de infância, aprendizagem e conhecimentos e se consolida no dia a dia dos Centros Municipais de Educação Infantil e das escolas nas interações e relações de afeto. (p. 13)

Nas Diretrizes pedagógicas (2023), destaca, ainda, as seguintes orientações necessárias para a elaboração de um currículo aberto:

Figura 3 – Trecho do documento municipal

- As experiências sociais que estamos passando no macro e no micro contexto;
- A possibilidade de autoria e a criatividade das(os) professoras(es) e das crianças;
- O reconhecimento da diversidade cultural e social, privilegiando as especificidades de cada criança e de cada turma;
- Privilégio dos processos de desenvolvimento e aprendizagem no planejamento das atividades pedagógicas intencionais;
- A valorização dos saberes das crianças e os conhecimentos sistematizados;
- O direito da(do) professora/professor e da criança de construir ativamente e não apenas receber passivamente conhecimentos;
- O entendimento de que a matriz curricular é composta por uma parte comum a ser complementada por uma parte diversificada obrigatória.

Fonte: Diretrizes Pedagógicas da Educação Infantil. p.16

As políticas curriculares para a educação infantil do município de João Pessoa trazem a ideia de práticas cotidianas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças. Desse modo, o município de João Pessoa elabora políticas de Educação Infantil através de documentos orientadores para que sejam desenvolvidos na prática das unidades educativas.

É neste processo de participação das crianças com as suas vivências que o educador deve buscar os subsídios para a construção de uma proposta curricular. Observando a criança no espaço na qual ela está inserida, integrada, onde ela se relaciona socialmente. Assim, é fundamental que o professor se aproprie destes elementos e assim pensar e construir uma proposta que dê voz à criança.

Ao discutir o currículo como um território em disputa, Arroyo (2013) destaca a infância brasileira também como um território em disputa. Para ele, nas políticas educacionais, a infância ainda não é plenamente reconhecida como um tempo de direitos, por esse motivo encontramos dificuldades para avançar nas discussões sobre a educação da infância.

Segundo Kramer (2007) proposta curricular e proposta pedagógica são expressões correlatas e significam o caminho a ser trilhado coletivamente. Desse modo, o currículo desenvolvido em uma instituição de educação é vivo e dinâmico, está relacionado a todas as ações que envolvem as crianças no seu dia a dia, dentro das instituições de ensino.

A prática pedagógica que tem como eixo as brincadeiras e a linguagem da infância, corresponde à concepção de currículo definida pelas atuais diretrizes curriculares. É esta concepção de proposta curricular que leva a práticas, ações e organização de ambientes que coloquem em foco as necessidades da criança que passamos analisar em seu surgimento e desenvolvimento.

Por isso, o planejamento da proposta curricular precisa romper com os velhos paradigmas, é necessário buscar novos conceitos principalmente em obras de autores que estudam e pesquisam esta temática. Nesta proposta é necessário respeitar as crianças e sua infância, de modo que o atual contexto educacional requer uma concepção de currículo que favoreça a exploração partilhada entre crianças e adultos, que buscam compreender diversos objetos de conhecimento de sua cultura. E entendemos que essa compreensão precisa acontecer por meio de atividades avaliadas, em espaços e tempos planejados em favor do desenvolvimento da criança.

3.3 A preocupação com qualidade da oferta da Educação Infantil

O contexto político atual sinaliza novas e velhas necessidades, especialmente no sentido de atender às especificidades do cuidar e educar com intencionalidade pedagógica, sem afetar as características próprias da criança. Essa condição e característica da Educação Infantil requer amplo investimento por parte do Estado, seja para ampliar o número de matrículas em instituições apropriadas à faixa etária, provendo o respectivo acesso, seja para garantir materiais pedagógicos, condições de trabalho, formação de profissionais e outras exigências da organização da prática pedagógica com a criança de zero a cinco anos.

No entanto, nota-se ainda um distanciamento do que está nos documentos oficiais e o que de fato acontece no interior dessas instituições. Diante disso e de outros aspectos complexos do campo educacional, vemos, mais uma vez, os objetivos da educação e dos educadores serem adiados, em detrimento da sociedade do capital, que almeja o lucro, a mais valia, a individualização e alienação dos indivíduos.

De acordo com o que foi observado nas Diretrizes Pedagógicas do município, relacionado a qualidade do atendimento educacional oferecido nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), destacamos no item 5 (Atribuições dos profissionais da Educação Infantil) o

cumprimento das atribuições da(o) docente como: “Zelar pelo bom andamento da unidade e da sua turma; Criar estratégias, selecionar materiais e organizar junto com as crianças/famílias os portfólios; Acompanhar as crianças em todas as atividades da unidade, orientando-as; Organizar os espaços da sala referência de forma desafiadora e harmoniosa, evitando a poluição visual; Construir os projetos pedagógicos e vivenciá-los de acordo com o plano de curso; Planejar as vivências de acordo com a realidade de sua turma de forma lúdica, criativa e prazerosa; Avaliar a criança diariamente anotando suas observações, registrando o seu desenvolvimento; Registrar as atividades diariamente; Participar da elaboração ou implementação e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Regimento interno.” (João Pessoa, 2023, p. 34)

O Plano Municipal destaca que: “A organização do trabalho pedagógico também perpassa pela avaliação dos conteúdos e métodos educacionais, deste modo, também é de fundamental importância perceber que a proposta curricular vigente no município data de mais de 10 anos, já que a última foi elaborada em 2004.” (João Pessoa, 2015-2025).

Portanto, percebemos que a educação infantil vem contribuindo para novas disputas e perspectivas de políticas educacionais, em estabelecimentos específicos, com orientações e práticas pedagógicas próprias e apropriadas. Nessa perspectiva, é preciso compreender a lógica em que se estrutura o mundo do trabalho das profissionais que atuam na Educação Infantil. Visto que na educação infantil muitos desafios se colocam presentes, tais como: a consolidação do direito de acesso à formação e ampliação da oferta com qualidade; a ausência de financiamento na educação infantil; a organização dos sistemas municipais; a necessidade de que as políticas de educação infantil sejam articuladas com políticas sociais; a formação dos profissionais da educação infantil e os problemas relativos à carreira.

4. A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Um dos fatores a ser considerado quando se fala em qualidade na educação é a qualificação do corpo docente, como também analisar as políticas públicas de formação inicial e continuada dos professores da educação infantil, debatendo-as no contexto contemporâneo da educação brasileira, é uma necessidade, já que a formação do professor se encontra diretamente relacionada às questões sociais, políticas e econômicas.

Com isso, a formação de profissionais da educação infantil é um desafio que exige a ação conjunta dos entes municipais, estaduais e federal. Esse desafio tem muitas facetas, necessidades, possibilidades de atuação, tanto na formação continuada, quanto na formação inicial.

As Diretrizes Curriculares reafirmam a necessidade de qualificação dos profissionais envolvidos no trabalho educativo com as crianças, pois, para transformar espaços institucionais em espaços de exercício da cidadania das crianças é necessário que os profissionais estejam qualificados para a defesa e promoção dos direitos da infância.

Mas, segundo Freitas (2004, p. 98), “os professores das séries iniciais e da educação infantil percorrem verdadeira maratona pelo diploma, nos últimos anos, para cumprir tal exigência, em cursos rápidos, aligeirados, de qualidade duvidosa, em grande parte pagos por eles”. Acontecendo, então, uma formação mais rápida, proveniente de políticas públicas voltadas para a produtividade de mercado, que levaram e ainda levam os profissionais a uma corrida desenfreada pela formação superior em cursos rápidos, menos numerosos e muitas vezes com qualidade duvidosa.

Ocorrendo, assim, um distanciamento entre o que é dito e o que se é feito quando se trata da formação de professores da educação infantil com qualidade, tendo em vista que para os Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (2009, p. 54) “Um dos fatores que mais influenciam na qualidade da educação é a qualificação dos profissionais que trabalham com as crianças.”.

A formação de professores deveria ocupar um lugar de destaque nos discursos e nas políticas voltadas à educação, e também seria necessário se afastar de ideologias neoliberais, uma vez que os professores devem pensar e trabalhar com a diversidade cultural no contexto da escola, o que contribuiria para o desenvolvimento de uma educação de qualidade.

Para Saviani (2011, p. 10), “o que se revela permanente é a precariedade das políticas formativas, cujas sucessivas mudanças não lograram estabelecer um padrão minimamente consistente de preparação docente para fazer face aos problemas enfrentados pela educação escolar em nosso país”.

Vivenciamos uma política para a formação de professores que oferece diferentes oportunidades aos sujeitos, mas que não lhes oferece as condições de qualidade e permanência nos cursos de formação. O que temos para o momento é uma política que “dissimula, sob a concepção de equidade, de que ao Estado cabe oferecer igualdade de oportunidades, em contraposição à igualdade de condições” (Freitas, 2012, p. 126).

Quanto à formação dos profissionais, a LDBEN (1996) enfatiza a necessidade de formação, no mínimo, no Magistério e, preferencialmente, no nível superior, em curso de formação de professores, pois para a Educação Infantil é preciso ter formação em curso de licenciatura plena em pedagogia. Considerando a discussão da formação desses profissionais, destacamos a importância de que os mesmos conheçam o quadro legal referente à educação infantil, pois é fundamental que os profissionais da educação infantil conheçam o quadro normativo sobre os direitos da infância, em especial quanto ao direito à educação infantil.

Um dos grandes fatores que contribuíram para a desvalorização da Educação Infantil, na qual se refere sobre a falta de valorização do profissional que trabalha com essa etapa da educação, na crença de que para trabalhar com crianças pequenas é preciso somente ter vocação.

O cuidado com as crianças, ou seja, o compromisso em assegurar o seu desenvolvimento, se manifesta, ainda, na maneira como o professor organiza o trabalho pedagógico, prepara uma atividade, disponibiliza os materiais que serão utilizados pelas crianças, planejar os espaços destinados às brincadeiras, enfim, como organiza o tempo e o espaço na rotina das instituições de educação infantil.

Em relação ao educar, é importante pontuarmos que na educação infantil o educar acontece em um momento específico do desenvolvimento e da educação do ser humano, portanto, deve-se considerar a especificidade da ação educativa para o desenvolvimento das crianças. Podemos compreender que educar implica a elaboração de atividades educativas contextualizadas e intencionais direcionadas ao desenvolvimento das crianças.

Segundo Oliveira (2005, p. 48), a atividade educativa como ação intencional deve ser orientada para a ampliação do universo cultural das crianças, possibilitando uma compreensão da realidade e, conseqüentemente, uma ação transformadora sobre a mesma.

O educar, de acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, pode ser compreendido como:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (Brasil, 1998, v.1, p. 23)

O conhecimento das condições de vida da criança na sociedade contemporânea é fundamental aos profissionais que atuam com a infância, pois as crianças precisam de profissionais sensíveis à sua condição para que possam ter assegurados seus direitos fundamentais, garantindo melhores condições de vida numa conjuntura social cada vez mais opressora e excludente.

Com isso, é preciso que a formação continuada contribua para um novo olhar para a criança e para a educação infantil, enfatizando o lúdico no trabalho pedagógico e promovendo que as creches sejam verdadeiros espaços de encontros humanos, aprendizagens, vivências, fantasias e, especialmente, onde possam ser garantidos os direitos não somente de proteção, mas de participação.

4.1 Formação continuada no município de João Pessoa/PB

A formação continuada dos profissionais que atuam na educação infantil é de suma importância, pois faz com que se reflita sobre o processo de aprendizagem e de desenvolvimento das crianças, identificando o que pensam os docentes sobre sua própria formação e, ainda, como almejam alcançar novas formas de aprimoramento no decorrer de suas atividades.

Por isso, de acordo com Silva e Oliveira (2014, p. 71), entendemos que a “formação continuada é urgente e necessária não meramente para desenvolver artefatos técnicos, mas,

principalmente como espaço para o diálogo, a reflexão e a troca de experiências”. É por meio da formação continuada que o professor poderá compreender os problemas do cotidiano escolar, refleti-los e, assim, planejar práticas educativas que visem o pleno desenvolvimento da criança.

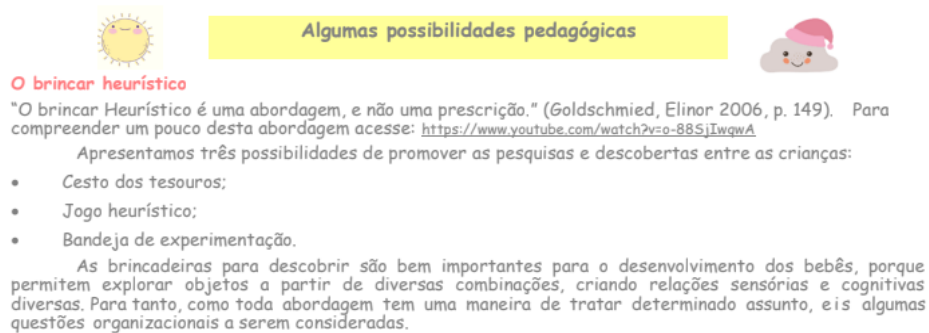
Com isso ao analisar os documentos municipais como: o Plano Municipal de Educação (2015-2025), as Diretrizes Pedagógicas da Educação Infantil (2023) e os Boletim 01 (2022), Boletim 02 (2023) e o Boletim 03 (2023), destacamos o seguinte em relação a formação continuada das professoras:

O plano municipal de João Pessoa foi aprovado através da Lei Nº 13.035, 19 de junho de 2015, na qual traz 4 (quatro) metas e 29 (vinte e nove) estratégias relacionadas à formação continuada das professoras, que ao analisar com os demais documentos percebemos como querem que sejam efetivadas.

O documento destaca que: “Atualmente, as formações que são realizadas na rede municipal pública de ensino são oferecidas tanto pela equipe multidisciplinar da Secretaria de Educação/ Educação Infantil quanto pelas instituições selecionadas através de editais e licitações, além das formações continuadas oferecidas pelo Ministério da Educação e outros parceiros.” (João Pessoa, 2015-2025).

No mesmo documento destaca-se estratégias relacionadas a formação continuada dos profissionais, dentre elas estão: “ 12.2 Adequar a formação continuada de professores às exigências da educação básica, de modo a atender a complexidade da sociedade, adequando a formação à cultura local;” percebemos que essa estratégia está relacionada com aspectos que são mencionados nos boletins pedagógicos, ou seja, a partir do momento que são citados outros meios das profissionais ampliarem seus conhecimentos e formas de lidar com alguns comportamentos das crianças, como é o caso do Boletim 01 (maio/2022) na qual destaca a semana do bebê, ao falar da autonomia que tem que ser dada a criança, as mordidas, o choro como linguagem, a hora do sono trazendo medidas que podem ser aplicadas, está sendo dada às professoras uma formação continuada, como também sugestões de brincadeiras, vídeos, como destaca-se a seguir:

Figura 4 – Trecho do documento municipal



Fonte: Boletim 01- Semana do bebê. p. 5

Apesar do documento não trazer como vai ser a política de formação do município, mas ele já dá o caminho de como essa formação deve ser organizada. Os próprios Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e escolas deveriam inserir nos planejamentos, momentos de estudos sobre esses documentos.

Nas Diretrizes são mencionados trechos de documentos em que há um diálogo com autores, utilizam como referência documentos nacionais, os quais as professoras precisam dominar, com isso já é um indicativo de que estão sendo apontados caminhos para as professoras aprofundarem seus estudos.

Como por exemplo podemos citar:

Diretrizes Pedagógicas (2023, p.13) “Em oposição a uma concepção de currículo como prescrição (GOODSON, 2007), perseguimos uma concepção fundamentada nas pistas do cotidiano, na construção de uma história de vida e de aprendizagem. Um currículo ancorado nos percursos de vida, entendendo que a aprendizagem das crianças pequenas está situada em um contexto que também tem história, uma visão articulada de conhecimento e sociedade (BARBOSA; HORN, 2008). Nessa perspectiva, consideramos os bebês e as crianças na centralidade dos processos educativos, problematizando o currículo e contemplando a ampliação e a qualificação de tempos, espaços, interações, intencionalidade docente, cultura e documentação.

Na Estratégia 12.10 do Plano Municipal (2015-2025) quando afirma que é preciso “garantir as temáticas sociocultural, etnia e religiosa na formação continuada dos profissionais da educação, para favorecer o respeito à diversidade no ambiente escolar” (p. 103). Fazendo uma relação com o boletim 03 (agosto/2023) que fala sobre a arte na cultura popular, menciona autores como Brandão, tendo a história como produto e palco da cultura. Criando e recriando,

integrando-se às condições do seu contexto, respondendo a seus desafios, transcendendo, lançando-se. (BRANDÃO, 2016, p. 20).”

O referido boletim ainda destaca alguns grupos, artistas, mestres, brincantes das culturas populares presentes em João Pessoa, com uma pequena descrição e links que servem de busca para um melhor conhecimento, trazendo ao final do boletim inspirações pedagógicas com diversos artigos a respeito da temática.

Figura 5 - Trecho do documento municipal



O grupo de ciranda e coco de roda **Vó Mera** e seus netinhos é composto por Vó Mera (voz principal), Fernando Dylan (pandeiro e bumbo) e Jéferson

Pereira (surdo). Posteriormente, Josenaldo Júnior (afoxé) e Clara Regina (ganzá) se integraram ao grupo. Antes da composição atual, Vó Mera era acompanhada apenas pelo pandeiro de seu neto Fernando Dylan.

Acesse o link: <https://paraibacriativa.com.br/artista/vo-mera/>



Cavalo Marinho e boi de Reis

Com sede no Bairro dos Novais, em João Pessoa, tem como líder o **Mestre Pirralhinho**. O grupo acolhe brincantes do Cavalo Marinho pertencente ao Mestre João do Boi, pai de Pirralhinho já falecido. Antes de participar do Boi de Reis Estrela do Norte, o Mestre Pirralhinho fez parte do Cavalo Marinho do Mestre Gasosa, de Bayeux, representando a personagem Dama. Também já participou do Cavalo Marinho do Mestre João do Boi, no papel de Mateus.

Acesse o link: <https://paraibacriativa.com.br>

Cirandeiros do Vale do Gramame

Com suas zabumbas de corda, caixas e ganzás, o grupo está entre os principais responsáveis pela continuidade das tradições do litoral sul. Pode ser encontrado na Rua Barra de Gramame, Engenho Velho – João Pessoa-PB.

Acesse o link: <https://www.instagram.com/cirandeirosdovaledogramame/>



Fonte: Boletim 03- Festival de Arte na Primeira Infância. p. 2

Já no documento das Diretrizes Pedagógicas da Educação Infantil observamos que a respeito da formação continuada das profissionais destaca-se que: “Participa de reuniões, encontros de formação e eventos promovidos pela unidade e pelo Departamento de Educação Infantil ou DEGEF.” (João Pessoa, 2023, p. 33)

Como o município de João Pessoa participava do projeto PROLICEN (2022 e 2023), temos conhecimento de que foi firmado um convênio com a UFPB para desenvolver a formação

continuada, que ocorreram nos anos de 2022-2023 dez encontros e este ano o convênio foi renovado para os anos de 2024-2025.

Além disso, os documentos analisados demonstram que há uma preocupação e um investimento na formação continuada, pois o Departamento de Educação Infantil (DEI) está elaborando documentos para orientar o trabalho, bem como orienta as professoras para um processo de formação continuada, trazendo orientações, referências, e indicações de leituras que favorecem de maneira significativa a formação docente. Esses aspectos analisados estão relacionados com o que está posto no Plano Municipal de Educação (2015-2025) que visa:

12.6- Garantir a oferta de formação inicial e continuada a todos os profissionais da educação básica e dos profissionais para as áreas técnicas administrativas, fundamentada numa concepção político-pedagógica que assegure a articulação teoria e prática, bem como oportunizar a participação destes nos diferentes cursos de formação inicial e continuada. (p. 20)

Diante do exposto, na análise dos documentos foi possível notar, diante das políticas públicas voltadas à formação e em especial à formação do profissional da educação infantil, que de fato há uma preocupação em investir em políticas voltadas à formação continuada das docentes, visto que é essencial para que as profissionais se atualizem e compreendam em mais profundidade como ajudar os pequenos a se relacionarem com outras pessoas, adquirindo conhecimentos diferentes daqueles vivenciados dentro do ambiente familiar, experimentem a ludicidade e desenvolvam habilidades motoras e cognitivas significativas para o seu processo de aprendizagem e desenvolvimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar as políticas para a Educação Infantil do município de João Pessoa para melhor compreender as relações entre o contexto da produção dos textos, das políticas públicas educacionais e das práticas pedagógicas que reflete sobre a formulação de políticas públicas municipais para a Educação Infantil de João Pessoa.

A metodologia utilizada para nortear este trabalho foi o da análise documental, na qual apresentou como se conceitua o tipo de pesquisa escolhida, explica a teoria e a prática da pesquisa e a análise documental, por meio da análise de documentos, bem como a escrita da história a partir dos dados retirados de diversas fontes documentais.

O objetivo geral foi conhecer as políticas municipais da Educação Infantil nos documentos, analisando se elas estão em consonância com os documentos nacionais. Para efetivar o que foi proposto nos objetivos específicos, analisaram-se inicialmente os termos criança, infância e educação infantil nos documentos municipais e identificamos que a concepção de criança apresentada nos documentos da Prefeitura está em consonância com os autores estudados, entendendo a criança hoje como um sujeito de direito e produtora de cultura, capaz de influenciar o meio em que vive. Sobre Infância destaca-se que, a infância é uma condição do ser criança, devendo ser compreendida no contexto das relações sociais, é o conjunto de experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais, é preciso conhecer e considerar as crianças concretas, reconhecê-las como produtoras da história. E, por fim, a Educação Infantil é entendida como uma etapa educacional que se organiza de forma a garantir o cuidar e educar de modo indissociável, preocupando-se com o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos.

Foi realizado também um levantamento de documentos que norteiam a educação infantil a partir de como o currículo é visto e mencionado nos documentos do município de João Pessoa. Desse modo, percebeu-se que uma proposta curricular avançada e bem elaborada, respeita o contexto social e político em que as crianças estão inseridas, sendo essenciais os CMEIs e as escolas refletirem a partir desses documentos e discutirem questões que considerem significativas para o desenvolvimento da criança como sujeito de direito.

Compreendemos que o currículo é espaço de reconhecimento, ou seja, a criança se reconhece através das experiências vivenciadas por elas, nas práticas pedagógicas. É neste

processo de participação das crianças com as suas vivências que o (a) educador (a) deve buscar os subsídios para a construção de uma proposta curricular, propiciando um currículo que dê voz à criança. Através disso, percebemos que o município de João Pessoa elabora políticas de Educação Infantil através de documentos orientadores para que sejam desenvolvidos na prática das unidades educativas respeitando o contexto em que está inserida.

Em seguida, fizemos um levantamento das políticas municipais para a Educação Infantil através dos documentos municipais de João Pessoa compreendendo que os documentos selecionados para análise estão preocupados e atentos às políticas voltadas para a educação infantil e a formação adequada das profissionais envolvidas, mesmo não apresentando, em alguns documentos, a questão de maneira detalhada. Uma vez que todas essas documentações têm como objetivo auxiliar o trabalho das professoras, favorecer uma formação continuada e, conseqüentemente, proporcionar uma melhor qualidade no atendimento às crianças dos CMEIs.

Em seguida, pretendeu-se identificar as políticas referentes à formação continuada das professoras de Educação Infantil. Diante disso, foi realizado um processo de leitura dos documentos já selecionados, para identificar se neles havia aspectos referentes às políticas de formação continuada. Destaca-se que não foi encontrado material específico que abordasse “exclusivamente” acerca da formação continuada das professoras da rede municipal de João Pessoa. Porém, todos os 05 (cinco) documentos analisados têm aspectos relacionados de como deve acontecer a formação continuada das docentes.

A pesquisa também considerou como ocorrem as formações continuadas das professoras, havendo assim uma necessidade da intencionalidade de como isso ocorre, precisando ser permanente, consciente, significativa e aberta à realidade, tendo a ciência de como fazer/educar na Educação Infantil. Trouxe a necessidade de realizar práticas pedagógicas que coloquem as crianças no processo de desenvolvimento. Apontou que a criança é a protagonista da construção de sua aprendizagem e abordou como o trabalho das professoras requer formação continuada e bagagem cultural significativa.

É perceptível que os avanços nas políticas de Educação Infantil caminham a passos lentos, sendo um processo, na maioria das vezes, de lutas e anseios sociais. Todavia, essa pesquisa vem considerar abertura para maiores discussões, vendo o que já foi estabelecido explicitamente e o que pode avançar para melhoria da Educação Infantil da rede municipal da cidade de João Pessoa/PB.

Ao participar dos projetos do PROLICEN e estudar acerca das políticas municipais do município de João Pessoa, principalmente nas rodas de diálogos que tinha como objetivo ampliar o debate sobre a Educação Infantil, articulando as práticas existentes nas instituições educativas com as reflexões teóricas; pude perceber que existem pessoas que se preocupam e tentam proporcionar uma educação de qualidade para as crianças dos CMEIs que elas trabalham, são profissionais que estão sempre em busca de formação.

Para mim foi significativo conhecer detalhadamente os marcos legais que embasam a Educação Infantil, na qual os avanços proporcionaram novos olhares a respeito da criança, hoje vista como sujeito de direito, e o quanto é importante estudar e refletir a acerca dos documentos, leis, autores para que se construa e se concretize de forma harmoniosa políticas educacionais para esse público, pois sem esse olhar sensível dos profissionais que atuam com as crianças fica difícil proporcionar uma educação infantil de boa qualidade.

Considerar os referenciais teóricos apresentados neste trabalho foram essenciais para se ter um direcionamento ao analisar as políticas de Educação Infantil, permitindo saber se estão em concordância com o que dizem os especialistas da área. Além de mostrar que mesmo sendo uma discussão em processo inicial, já existem bons embasamentos que discutem o assunto.

Portanto, ressaltamos que avanços acerca das políticas de Educação Infantil dessa etapa são essenciais, pois é preciso resistência para acreditar que mudanças serão alcançadas. Com isso, faz-se necessário discutir, lutar, para que essas políticas educacionais não fiquem estagnadas, nem retrocedam, mas avancem para proporcionar uma educação de/com qualidade a todas as crianças que frequentam os CMEIs/escolas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, LBP. Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: **Editora UNESP**; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 193 p. ISBN 978-85-7983-085-3. Available from SciELO Books.

ARROYO, Miguel. **Currículo território em disputa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC/Consed/Undime, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>. Acesso em: 21 abr. 2024.

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**. 2. ed., Porto Alegre: Artmed, 2011(<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-crianca-como-produtora-cultura-pares.htm>)

COSSETIN, Márcia; GUERRA Dhyovana; ZAGO FIGUEIREDO, Ireni Marilene. (2023). Educação infantil no Brasil e a relevância do setor privado nos indicadores do Banco Mundial. **Educação Em Foco**, 26(48). <https://doi.org/10.36704/eef.v26i48.6670>

JOÃO PESSOA. **Boletim pedagógico – Colônia de férias**: o brincar a partir dos jogos cooperativos, um exercício de convivência na Educação Infantil. Departamento de Infantil, Secretaria Municipal de Educação, João Pessoa, 2024.

JOÃO PESSOA. **Boletim pedagógico – Festival de arte na primeira infância**: a arte da cultura popular. Departamento de Infantil, Secretaria Municipal de Educação, João Pessoa, 2024.

JOÃO PESSOA. **Boletim pedagógico – Semana do bebê**: movimentos sensíveis com e para a primeira infância. Departamento de Infantil, Secretaria Municipal de Educação, João Pessoa, 2024.

JOÃO PESSOA. **Diretrizes Pedagógicas de Educação Infantil**. Departamento de Infantil, Secretaria Municipal de Educação, João Pessoa, 2024.

JOÃO PESSOA. **Plano Municipal de Educação**. Departamento de Infantil, Secretaria Municipal de Educação, João Pessoa, 2024.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso D. **Pesquisa em educação** - abordagens qualitativas. 2. Ed. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2013. E-book. ISBN 978-85-216-2306-9. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2306-9/>. Acesso em: 31 out. 2022.

MINAYO, Maria. Cecília. Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

MOREIRA, Antonio Flavio Moreira; CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. In: **Indagações sobre currículo**: currículo, conhecimento e cultura. Brasília, DF: MEC, Secretaria da Educação Básica, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>, acessado em 16/08/2023.

OLIVEIRA, Zilma Moraes R. **Creches**: Crianças, faz de conta & Cia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

OLIVEIRA, Zilma Moraes R. de. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação).

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 9, n. 33, p. 78–95, 2012. DOI: 10.20396/rho.v9i33.8639555. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555>. Acesso em: 10 jan. 2024.

RIZZO, Gilda. **Creche**: organização, currículo, montagem e funcionamento. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SALVATORI, Ana Paula; GOMES, Allan Henrique; CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado. Pesquisa documental em educação: contribuições para a formação continuada de professores. **Revista Intersaberes**, Santa Catarina (Joinville), vol.17 nº40, 175-188, jan/abr 2022.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande – RS, n. 1, p. 1-15, jun. 2009.

SILVIA, Ana Maria; OLIVEIRA, Marta Regina Furlan. Jornada de didática desafios para a docência, 3. **Seminário de pesquisa do CEMAD**, 2. 2014.

APÊNDICES

[illegible]